

para Itararé. Coube ao dr. Antônio Lobo propor, em Câmara, que “em reconhecimento aos bravos patriotas que compõem a Guarda Nacional desta cidade, que seguiram para Itararé, se desse a denominação de **14 de Dezembro** a uma das ruas da cidade, que não tenha nome algum ou que não tenha significação, perpetuando-se, assim, esta data como sendo a da partida dos voluntários que seguiram em defesa da Pátria”. O assunto vem devidamente tratado por Jolumá Brito num dos volumes de sua **História de Campinas**¹ Ocorre, entretanto, que esse episódio, no rolar do tempo, acabou-se revestindo de pouca significação. Inda mais que, informa Jolumá Brito, o batalhão campineiro nem chegou a atuar. Hoje pouca gente sabe o que foi o movimento revolucionário de 1893. É dada a coincidência da data, seria conveniente que o poder público consignasse que a rua 14 de Dezembro (importante artéria, como todos sabem) celebrasse **também** a criação do município de Campinas, em 1797, fato inegavelmente muito mais importante do que a partida do batalhão campineiro para uma revolução hoje praticamente esquecida e da qual nem chegou a participar.

Mas, antes que tal monumento fosse erigido, os nomes dos colaboradores de Barreto Leme já haviam sido perpetuados em placas de vias públicas da cidade, no Jardim Guanabara, pelo ato de 27 de maio de 1929. O assunto será tratado pormenorizadamente num dos próximos capítulos.

3. ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICAS EM CAMPINAS*

Constituído freguesia num dos últimos anos da administração do Morgado de Mateus, o burgo fundado por Barreto Leme viu transcórrer sua existência setecentista envolto no maior isolamento que se possa imaginar, quase sem contato algum com Jundiáí, a sede do município, e menos ainda com São Paulo, a sede da capitania, onde os sucessores imediatos do Morgado talvez nem soubessem da existência da freguesia que, no século seguinte, irá tomar parte a mais saliente em toda a atividade nacional, quer como berço de grandes brasileiros, quer como centro irradiador de grandes movimentos.

Deste isolamento só sairá em 1797, quando a elevação de Campinas à vila abrirá novos rumos às atividades locais, introduzindo nela a política, grande fator de progresso, mas também de barulho e desordem. Mas o período que decorre até esse acontecimento é obscuro e monótono. Ordeiros, calmos e isolados, trabalhavam os campineiros para o de-

(1) Brito, Jolumá — **História de Campinas**, vol. 20, p. 28, 1965.

(*) Reproduzido, com pequenas alterações, do “Diário do Povo”, Campinas, de 21 de fevereiro e 7 de março de 1937. Em sua forma original, intitulavam-se **Um episódio trágico da história campineira e Ordem e segurança públicas na Campinas do século XVIII**, respectivamente. O primeiro foi, em grande parte, transcrito, sem qualquer indicação da fonte, por Jolumá Brito em sua **História de Campinas**, volume III, pp. 52 a 55 (1957).

envolvimento de sua terra, escrevendo uma das histórias mais pacatas de que se tem notícia.

Um incidente, porém, trágico e ao mesmo tempo pitoresco, pelas circunstâncias de que se revestiu, veio quebrar, em 1792, essa envaidecedora pacatez da vida campineira. Com este incidente, nasceu em Campinas a preocupação de ordem e segurança públicas, coisas de que, até então, não se cogitava.

Aos 9 de abril de 1782 era o burgo campineiro abalado com a morte de seu fundador e “diretor”, Francisco Barreto Leme. Nenhuma notícia se tem do que aconteceu, mas pode se avaliar a consternação que a todos trouxe tão infausta ocorrência. Seu falecimento está registrado no primeiro livro de óbitos livres (1774-1806) da matriz de Campinas, página 16, registro que lhe dá a idade de 78 anos.

Ficou a freguesia das Campinas sem um “diretor”. Isto levou a Câmara de Jundiáí, em 20 de dezembro do ano seguinte, a solicitar ao governador da capitania um capitão de ordenanças para Campinas, alegando que “para o Real Serviço, e bem desta República hé muito conveniente haja naquelle districto hum capitão de ordenança para governar aquelle Povo, que sehacha sem domínio algum”.

Nenhuma atenção deu o governador Cunha Menezes a tal pedido. Ficaram os campineiros sem “diretor”, orientados, certamente, pelo vigário da paróquia, o padre Anunciação Cintra, Aliás novato, pois havia menos de um ano que sucedera a Monte Carmelo.

Em 1786 era o governador da Capitania substituído por Chichorro da Gama Lobo, e sem atender ao pedido a câmara jundiائية. Disto só cuidou Bernardo José de Lorena, logo ao assumir o governo em 1788. Dirigiu-se então aos oficiais de Jundiáí pedindo-lhes, como de praxe, indicassem três pessoas capazes, para uma delas ser provida no cargo vacante. A 15 de janeiro do ano seguinte, era Antônio Ferraz de Campos nomeado “capitão-comandante” de Campinas, devendo daí por diante responder pela vida da freguesia, como legítimo sucessor de Barreto Leme.

A contento de todos exercia Ferraz de Campos as funções do cargo para que fora nomeado; porém, com o tempo foi se formando alguma oposição que se acentuou em fins de 1792, quando se desenvolveram os acontecimentos em questão. A 3 de dezembro desse ano, escrevia Ferraz de Campos duas cartas, uma ao governador da Capitania e outra a Antônio Jorge de Godoy, capitão-mor de Jundiáí, relatando-lhes os acontecimentos, que assim se passaram:

Em junho de 1792, recebeu Ferraz de Campos algumas ordens do governador da Capitania, por intermédio do capitão-mor de Jun-

diaí e, como bom servidor de Sua Majestade a quem Deus guardasse, mandou executá-las imediatamente. Ou porque as ordens fossem muito rigorosas, ou qualquer outro motivo, o certo é que a oposição achou nisso uma oportunidade para se insurgir contra o comandante da freguesia, que foi publicamente desobedecido, afrontado e desacatado por Manuel Pereira Tangerino. Ferraz de Campos não duvidou em prendê-lo, mas não se deixou Tangerino prender tão facilmente: injuriou o comandante com palavras grosseiras e ainda feriu com duas facadas um seu escravo. Mas, com toda essa valentia, foi preso e remetido para Jundiáí. Na cadeia desta vila foi bastante castigado; por fim, entrou em acordo com Raymundo Alvares dos Santos Prado, comandante da ordenança local, prometeu-lhe nunca mais fazer barulho e acabou sendo solto, muito contra a vontade de Ferraz de Campos, que o queria em São Paulo, preso e enxovalhado “para experiência e exemplo dos demais”.

Mais de quatro meses se passaram sem o menor incidente. Porém, no domingo 30 de novembro, saindo Ferraz de Campos da igreja, rumo à sua casa, foi traiçoeiramente assaltado por Tangerino, que o atacou com “hum pao”. E teria o comandante sido morto se não se defendesse com a espada. Assim mesmo, atracaram-se os dois, rolaram por terra e feriram-se mutuamente. Notem os leitores que se tratava do “prefeito” de então e de um futuro oficial da câmara !

Conseguiu Ferraz de Campos prender a Tangerino, apesar dos muitos protestos de alguns de seus comparsas. E como ainda não havia cadeia em Campinas, foi Tangerino conduzido para a casa de um sargento da companhia de ordenanças, a fim de ser acorrentado e novamente remetido para Jundiáí ou mesmo para São Paulo. Mas o espertalhão, antes que se lhe enfiassem as argolas, logrou escapar. Ao povo que, como sempre curioso, reuniu-se pelo largo da matriz à espera dum desfecho qualquer, gritou o comandante que prendesse ao fugitivo, em nome do Senhor Governador. Teria o povo atendido se Felipe Neri Teixeira não o impedisse, dizendo que se não devia prender a um fugitivo, ou melhor, que o povo nada tinha com o caso.

Assim, fugiu Tangerino para Mogi-Guaçu, onde tinha sua família, e de caminho mostrou até onde ia sua audácia, mandando dizer ao comandante que, como o seu plano falhara, brevemente viria visitá-lo para, de qualquer maneira, tirar-lhe a vida, como ardentemente desejava.

Pedidas as providências necessárias, dentre os companheiros de Tangerino, apenas foram presos um filho de Guedes Barreto e o segundo Domingos da Costa Machado. Quanto a Tangerino, ficou para ser preso quando menos esperasse, mas não se sabe se realmente o foi. O certo é que seu nome desaparece da crônica campineira para só reaparecer depois da criação da vila; quando ocupou vários cargos, entre os quais o de vereador à segunda câmara, empossada em 26 de abril de 1798.

Relatando Ferraz de Campos estes acontecimentos aos seus superiores, deixa transparecer em suas cartas um profundo pesar pelo sucedido e pelo sectarismo existente em Campinas em 1792, queixando-se amargamente das injustiças dos seus conterrâneos que o não queriam compreender. E termina seu relato com uma tirada lamentosa: "Eu, enquanto vivi sem ser capitão desta freguesia, era amado e venerado de todo este povo; porém, agora, por cumprir com as obrigações, todos me desejam a morte". E adiante: "Estou afrontado, cousa que nunca me aconteceu, tudo por causa do serviço, e se Vmcê (o capitão-mor) e a parte que espero dê a S. Excia. (o governador) não me valerem nesta urgente necessidade, certamente me matarão, porque são (os inimigos) do pé leve (do "pé rapado", se diria hoje), não têm nada a perder e fica esta freguesia perdida por se não poder executar as ordens do serviço, etc."

Do primeiro incidente, em junho de 1792, foi Pereira Tangerino remetido para Jundiáí amarrado em cordas por não haver uma corrente em Campinas; e da segunda vez foi preso a fim de ser remetido também para Jundiáí, por não haver cadeia na freguesia. Desta vez já havia corrente, pois o preso fugiu exatamente no momento em que ia ser "argolado". Mesmo com a criação da companhia de ordenanças não se construiu a cadeia: servia de prisão provisória a própria casa do sargento auxiliar da companhia.

Em que data recebeu Campinas sua primeira cadeia condigna, não se sabe com exatidão; porém, tem-se conhecimento de como se originou. Com os acontecimentos acima relatados, nasceu, como já se disse, a preocupação de ordem e segurança públicas na urbe. Bernardo José de Lorena, tendo notícia de tudo quanto se passara, achou conveniente criar mais uma companhia de ordenanças na freguesia "pello grande número de povo que nella ha". Em 1795 resolveu-se definitivamente a criação dessa nova companhia. A 14 de setembro, escreveu Lorena à Câmara de Jundiáí a propósito de seu comandante e em novembro foi escolhido Felipe Néri Teixeira para esse posto de tão grande relevo. Como comandante da primeira companhia, continuou Antônio Ferraz de Campos. Estava dado o primeiro passo para a manutenção da ordem pública na Campinas setecentista. E veio esta nova companhia no momento adequado, pois estavam os campineiros desesperados com as desordens que, nos dias de festa religiosa, promoviam pessoas de bairros vizinhos, freqüentemente armadas. Constantes eram as visitas destas pessoas de "baxa esfera" à pacata freguesia e geralmente culminavam por enorme série de desordens.

Entenderam os dois comandantes que isto ia de encontro aos bons princípios, seus e dos campineiros em geral, e pediram providências ao governo da Capitania. Representaram também sobre a necessidade de algum castigo com que se pudesse intimidar os desordeiros e de uma

cadeia condigna, pois a distância que os separava de Jundiá não era pequena, geralmente não podia ser vencida no mesmo dia em que se efetuasse alguma prisão e constante era o risco de o preso fugir. Enquanto a prisão fosse por desordem, não se incomodavam muito os comandantes com as possíveis fugas; mas haviam os chamados "presos de circunstância", isto é culpados de morte, que exigiam cuidado todo especial, pois facilmente seria naquela época uma escapadela para os sertões de Moji ou do Jaguari, ou mesmo para os do próprio Jundiá, que, segundo o depoimento do sábio Saint-Hilaire, que os visitou mais tarde, constituíam um enorme esconderijo de foragidos à justiça.

Era o primeiro movimento em prol da instalação de uma cadeia devidamente provida de "tronco" na freguesia campineira. E de mais a mais, dispuseram-se os moradores a construir à própria custa uma casa para o referido tronco. Tudo isto foi relatado a Antônio Siqueira de Moraes, o novo capitão-mor de Jundiá, que nesse sentido dirigiu-se ao Capitão-General Bernardo José de Lorena. (Arquivo do Estado, T. C. m. 56).

Tiveram os comandantes a satisfação de ver os seus desejos atendidos pelo governador. A 13 de janeiro do ano seguinte, escreveu o secretário de S. Exa. uma carta a Antônio de Siqueira de Moraes, em que dizia ter o Capitão-General achado justo o requerido e determinado a colocação de um tronco em casa própria, tudo, enfim, como fora solicitado. E como nota pitoresca, recomendava o secretário do governo para que o referido tronco não servisse de desabafo aos ódios dos comandantes, dos quais muitos inocentes poderiam ser vítimas...

*

4. A VILA DE SÃO CARLOS*

Mais para o fim do século XVIII, o desenvolvimento de Campinas cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação à categoria de Vila, desmembrada da de Jundiá. Na estrutura administrativa da época, a criação da vila implicava a instituição do poder municipal. Alegavam os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos engenheiros, isto é, proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiá. A petição, assinada por quarenta e sete moradores, foi avalizada pelo pároco da nova Freguesia:

(*) Toda a documentação relativa a este capítulo encontra-se no volume III da coleção Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, pp. 3 a 25. Edição do Arquivo do Estado. Tip. da Cia. Industrial de São Paulo, 1894. Também utilizaram esta documentação: Teodoro de Souza Campos Júnior, em seu já citado estudo na Monografia histórica (1952), pp. 47 a 53; Jolumá Brito, no terceiro volume de sua História de Campinas pp. 68 e sgs. (1957) e José de Castro Mendes em História de Campinas, fascículo segundo, suplemento do "Correio Popular", de 29 de junho de 1968. Um primeiro esboço deste capítulo foi publicado em três artigos no "Diário do Povo". (30 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro de 1938), inclusive com a transcrição de boa parte da fundamentação documental.